

A urgência da revolução escolar: uma chamada à ação

Daiana Bastos da Silva Santosⁱ

Luthiane Miszak Valença de Oliveiraⁱⁱ

LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. **Educação democrática**: a revolução escolar iminente. Petrópolis: Vozes, 2023.

Estamos diante da obrigação de romper com a velha ordem do mundo. E sabemos que a tarefa política das próximas décadas terá de consistir em desfazer e superar o sistema capitalista se quisermos reduzir as desigualdades, desenvolver as formas de participação democrática e proteger e melhorar a habitabilidade do mundo para o maior número de pessoas (Laval; Vergne, 2023, p. 9).

A obra "Educação Democrática: A Revolução Escolar Iminente" propõe uma reflexão profunda sobre um projeto educacional para o futuro. Segundo os autores, a necessidade de uma revolução na educação é premente, representando uma forma de resistência às influências neoliberais e autoritárias que têm impactado o campo educacional nos últimos anos. A visão de uma educação democrática delineada pelos autores visa a formação de cidadãos ativos e conscientes, preparados para enfrentar os desafios futuros, especialmente os de natureza ecológica.

Os autores, Christian Laval e Francis Vergne, são educadores renomados. Christian Laval ocupa a posição de professor de sociologia na Universidade Paris Ouest Nanterre La Défense, enquanto Francis Vergne desempenha a função de psicólogo da educação e pesquisador associado da Florida State University (FSU). Ambos se dedicam a problematizar os efeitos do neoliberalismo, seus mecanismos de ação e suas implicações no âmbito social. Em sua extensa produção, Christian Laval problematiza a lógica neoliberal como uma lógica capitalista que permeia todos os âmbitos sociais, inclusive a instituição escolar. Assim, o autor critica veementemente a ideia da chamada escola neoliberal, argumentando que é "a designação de certo modelo escolar que considera a

ⁱ Doutora em Educação (Unisinos). Técnica em Educação da Universidade Federal do Rio Grande (Furg). E-mail: daianaa_bs@hotmail.com - ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8241-8272>.

ⁱⁱ Doutora em Educação (Unisinos). Docente da Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. E-mail: luthianevalenca@gmail.com - ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5619-9029>.

educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico” (Laval, 2019, p. 17).

Conforme os autores, uma abordagem de educação democrática deve promover formas de autogoverno e autonomia, capacitando os indivíduos nessa perspectiva. “A educação democrática é, antes de tudo, uma educação livre; isto é, liberta dos poderes que querem instrumentalizá-la e subjugar-la” (Laval; Vergne, 2023, p. 33). Esta proposta é reconhecida como uma resposta essencial para fomentar uma sociedade mais justa e comprometida. Além disso, considerar a ideia de revolução implica contemplar rupturas no contexto educacional, em consonância com as proposições anteriores dos autores sobre a necessidade de transformações nos modos de vida, consumo e produção.

Ao adotar uma perspectiva democrática, os autores retomam conceitos de pensadores clássicos, como John Dewey. Especificamente em relação a Dewey, destacam o conceito de “experiência democrática”, argumentando que a democracia deve ser vivenciada por meio de experiências cotidianas, transcendendo o âmbito das ideias. Os autores sistematizam a obra por meio de cinco princípios como ferramentas para a instituição de uma revolução escolar rumo a uma educação democrática, quais sejam: liberdade de pensamento, igualdade concreta na educação, definição de uma cultura comum democrática, ecológica e plural, “pedagogia instituinte” (Laval; Vergne, 2023), de cooperação e direcionada para as coletividades, e o autogoverno das instituições escolares como meio para se vivenciar a democracia na prática. Esses cinco princípios são desdobrados e problematizados em cinco capítulos, que, junto com a introdução e um capítulo conclusivo, compõem a obra.

No primeiro capítulo, "Liberdade de Pensamento e Universidade Democrática", os autores reforçam a necessidade de que as instituições escolares e universitárias sejam protegidas contra intervenções externas, como religiosas, econômicas e governamentais. Eles advogam pela liberdade intelectual incondicional em todos os níveis escolares, inspirados pela ideia de uma "Universidade sem Condição" de Derrida, defendendo uma liberdade no âmbito racional, onde os saberes podem ser analisados de forma crítica (Laval; Vergne, 2023, p. 48).

Laval e Vergne (2023) reforçam a importância de se conceber o campo da educação de forma não fragmentada, num processo ininterrupto, pois a experiência democrática se faz, segundo eles, por meio da continuidade e só assim é possível desenvolver uma

pedagogia de abordagem democrática. Isso implica ir além do corporativismo e refletir e agir enquanto um coletivo, afinal o processo educativo forma na totalidade e, uma formação humana não pode ser especializada na sua fragmentação e descontinuidade, e sim “sobre uma reinstituição do saber em uma perspectiva cosmopolítica” (Laval; Vergne, 2023, p. 73).

No segundo capítulo, "A Igualdade em Educação", os autores abordam as condições permitidas para que todos os indivíduos de uma sociedade possam ter acesso a uma cultura de alto nível. Eles destacam a importância de compreender as questões escolares como questões sociais profundas, além das questões de classe. Os autores dialogam com Paulo Freire, retomando suas teorizações para fundamentar a necessidade de uma prática pedagógica igualitária, culminando na ideia de uma "pedagogia da igualdade" atribuindo sentido a aquilo que os estudantes aprendem, um sentido emancipatório, “o que supõe vincular o que se aprende a uma capacidade de agir em comum” (Laval; Vergne, 2023, p. 122).

Nesse contexto, os autores enfatizam a importância da busca por uma escola mais igualitária, livre de violência e de pressão políticas verticalizadas. Para alcançar esse objetivo, Laval e Vergne (2023) estabelecem alguns pontos de partida que devem ser considerados, como não adotar uma postura baseada na ideologia escolarista, que atribui exclusivamente à escola a capacidade de transformar a sociedade. Essa postura, segundo eles, pode contribuir para fortalecer discursos neoliberais e autoritários, culpabilizando os educadores e negligenciando projetos sociais destinados à redução das desigualdades sociais. Outro aspecto relevante, conforme ressaltado pelos autores, é compreender que nada deve ser considerado natural; tudo deve ser objeto de discussão e problematização, inclusive ideias e proposições anteriormente progressistas, as quais devem estar continuamente sujeitas à reflexão. Essa reflexão é realmente produtiva apenas em um ambiente que proporciona a participação ativa de todos os sujeitos envolvidos, incorporando, inclusive, iniciativas de capacitação e conscientização política e social.

No terceiro capítulo, "Uma Cultura Comum para a Democracia", os autores exploram a noção de uma cultura comum democrática e ecológica no contexto escolar, oposta aos valores neoliberais. Eles ressaltam a relevância de desconstruir hierarquias do conhecimento e lutar por princípios democráticos e ecológicos em busca de uma cultura autêntica e plural. Ainda é importante destacar que, ao abordar o conceito de cultura

comum numa perspectiva democrática e ecológica, Laval e Vergne (2023) estabelecem diálogo com pensadores clássicos como Hannah Arendt e Gramsci para discutir as definições de educação e escola. Eles concluem este capítulo afirmando que a principal incumbência de uma educação para todos é difundir os saberes e conhecimentos científicos de maneira abrangente, ressaltando, em outras palavras, a necessidade de uma educação que transcenda os limites escolares.

No quarto capítulo, "Em Busca de uma Pedagogia Instituinte", os autores refletem sobre uma pedagogia destinada a ser efetivamente democrática. Eles retomam conceitos de Émile Durkheim, enfatizando a necessidade de socialização das crianças e a responsabilidade das gerações adultas na formação das gerações seguintes. O termo "instituinte" é introduzido para diferenciar essa concepção de outras, ressaltando seu caráter democrático de autogoverno e autorreflexividade social. Assim, "um dos problemas apresentados à educação democrática é, portanto, saber criar espaços e desenvolver práticas que permitam aos alunos e aos estudantes vivenciar essa experiência de atividade instituinte" (Laval; Vergne, 2023, p. 161).

Além disso, para que uma instituição pedagógica seja viável, conforme apontam os autores, é imperativo proporcionar uma experiência democrática às pessoas, na qual regras coletivas possam ser criadas, discutidas, revistas e afirmadas em conjunto. Assim como em uma sociedade democrática que se autoinstitui, um sistema escolar democrático deve ter a capacidade de deliberar e, mais do que isso, de criar suas próprias normas de maneira coletiva. Essa lógica constitui o espírito do que os autores denominam pedagogia instituinte.

No último capítulo, "O Autogoverno das Instituições de Saber", os autores abordam os discursos de crise na escola, como o "desencanto" (Laval; Vergne, 2023) com a instituição escolar e a cultura juvenil distante dos conhecimentos escolares. Eles propõem o autogoverno como resposta a esse cenário, destacando a necessidade de participação ativa de todos na determinação das regras e normas da vida comum. Tal feito só seria possível, segundo os autores, por meio de cooperação e coletividade entre os sujeitos que desejam adotar como princípio escolar a "colegialidade".

Portanto, a partir do diálogo com os autores da obra e com a intenção de continuar a discussão com uma disposição para co-construir os sistemas educativos e uma escola para a democracia e para o comum, torna-se necessário pensar em termos de uma

revolução iminente mais no sentido de urgência, de proposições de transformações positivas, não apenas no sentido de algo próximo a acontecer. Nesse contexto, uma educação democrática, em suma, fundamenta-se na “defesa da liberdade acadêmica e na efetivação do direito de acesso universal aos saberes” (Laval; Vergne, 2023, p. 204).

A obra, ao apresentar cinco princípios como instrumentos para uma iminente revolução escolar, propõe uma reflexão acerca da urgência de transformações positivas no cenário educacional. Os princípios delineados pelos autores abrangem a liberdade de pensamento em todos os níveis escolares, a consecução efetiva da igualdade na educação, o estabelecimento de uma cultura comum desvinculada dos princípios neoliberais, o desenvolvimento de meios para uma pedagogia instituinte e a implementação do autogoverno nas instituições de saber. Tais princípios não podem ser concebidos de forma isolada, pois se inter-relacionam.

Os autores apresentam estes princípios como pistas para pensar em uma revolução escolar possível a partir de uma perspectiva crítica ao neoliberalismo. Essa crítica é amplamente abordada pelos autores em sua vasta produção, na qual desenvolvem a ideia de que o neoliberalismo é mais do que um modelo econômico, configurando-se como uma racionalidade que visa modificar nossa forma de viver no mundo. Ao longo de suas obras, os autores têm construído uma crítica consistente ao neoliberalismo e defendido a ideia do "comum". Portanto, é importante que esses princípios sejam compreendidos como orientações para uma agenda revolucionária escolar adaptada a cada realidade, pois tais reflexões devem considerar a especificidade de cada sistema escolar. Isso evitaria uma leitura literal ou descontextualizada da obra, permitindo que diversos outros aspectos importantes sejam levados em conta ao se problematizar uma revolução escolar brasileira na contemporaneidade.

À medida que se avança na leitura da obra, o leitor interessado na educação pode se sentir provocado a refletir sobre as múltiplas especificidades das questões educacionais brasileiras a partir do desenvolvimento desses cinco princípios. Eles podem servir como caminhos para pensar em ações práticas e condizentes com a realidade local de cada escola. Assim, é importante destacar que não existe uma receita pronta para promover uma mudança escolar tão significativa, mas é possível continuar pensando na necessidade iminente, conforme salientado pelos autores, de uma revolução escolar que, ao se embasar nesses princípios, possa fomentar uma educação democrática.

A obra se destaca por sua contribuição substancial ao debate educacional contemporâneo, ao oferecer não apenas uma crítica incisiva às tendências neoliberais e autoritárias na educação, mas também ao apresentar propostas concretas para uma transformação efetiva. Ao desdobrar cada princípio proposto, os autores não apenas teorizam sobre a necessidade de mudança, mas também fornecem ferramentas tangíveis para a implementação prática dessas ideias. A ênfase na liberdade de pensamento, com a sugestão de criação de uma instituição federal que integre todos os professores, visa fomentar a liberdade acadêmica, fortalecendo-a perante as pressões de poderes organizados. A igualdade efetiva no acesso à cultura e ao conhecimento pode ser promovida, segundo os autores, por meio de ações que combatem as desigualdades sociais e territoriais. A definição de uma cultura comum deve incluir, conforme sugerido por eles, temas como educação ecológica, feminismo e o reconhecimento da pluralidade de culturas. A pedagogia da cooperação deve ser embasada nas pedagogias emancipatórias de autores como Dewey, Freinet e Freire. Além disso, o autogoverno de escolas e universidades, enquanto bens educacionais comuns, oferece um roteiro abrangente e desafiador para compensar e remodelar os sistemas educativos.

No entanto, é importante ressaltar que esses princípios não devem ser compreendidos como autossuficientes, mas como caminhos possíveis que demandam uma análise que considere diversos outros aspectos, conceitos e perspectivas importantes no campo educacional. É crucial uma leitura contextualizada com a realidade escolar que se pretende problematizar. Nesse sentido, a obra transcende as fronteiras do contexto francês, torna-se uma fonte inspiradora para abordagens inovadoras e democráticas na educação em diversos cenários globais.

REFERÊNCIAS

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. **Educação democrática**: a revolução escolar iminente. Petrópolis: Vozes, 2023.

Recebido em: 04/12/2023

Aprovado em: 26/04/2025

Publicado em: 17/10/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.